

SOUSA GALITO, Maria (2010). Entrevista ao Dr. Paulo Carvalho Amorim. CI-CPRI, ENT-CPLP, N°11, pp. 1-7.

ENT-CPLP: Entrevistas sobre a CPLP



Entrevistado: Dr. Paulo Carvalho Amorim (Director do Departamento de Relações Internacionais do Banco de Portugal)

Entrevistador: Prof. Doutora Maria Sousa Galito

Local: Av. Almirante Reis, 71 – Lisboa

Data: 25 de Março 2010, 16h.

Muito obrigada por me receber. Gostaria de lhe perguntar sobre a posição do Banco de Portugal no âmbito da cooperação económica entre países lusófonos; sobre a assistência técnica e relações financeiras com países em desenvolvimento.

O Banco de Portugal mantém uma intensa actividade de cooperação com os PALOP e com Timor-Leste. Com o Brasil, embora exista experiência de cooperação, a actividade não é tão intensa.

Temos um plano de cooperação com os Bancos Centrais dos PALOP e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste que estabelecemos todos os anos, com implementação ao longo de cada ano e que enquadra as várias acções desenvolvidas, além da assistência técnica (cursos, estágios, programas de formação, visitas de estudo), outras actividades, tais como reuniões multilaterais, fóruns de discussão de interesse comum e de partilha de experiências. Embora exista um plano estabelecido anualmente, também se verifica a realização de acções não previstas inicialmente.

É no âmbito de cooperação entre bancos centrais que a nossa experiência é muito rica, porque temos uma actividade que, além de intensa é diversificada, abrangendo praticamente todas as áreas de negócio próprias de um Banco Central. Essa actividade de cooperação é, naturalmente, do interesse de todos.

Que medidas poderiam ser prosseguidas para melhorar as relações interbancárias entre países lusófonos e obter mais resultados práticos?

Já temos resultados práticos efectivos. O plano posto em prática pelo Banco de Portugal não é teórico, é efectivo. Há grande movimentação de pessoas que se visitam mutuamente para aprender com as experiências mútuas

O Banco de Portugal – que existe como banco central há mais tempo - possui experiência em vários domínios que é mais madura do que a de muitos desses países. Timor-Leste, por exemplo, só muito recentemente se constituiu como um país independente.

O Banco de Portugal desenvolve acções quase diárias com os Bancos Centrais dos PALOP e de Timor-Leste, nomeadamente no âmbito da assistência técnica, em domínios variados: estatísticas, sistemas de pagamento, supervisão, gestão de reservas, estudos económicos, aspectos de governação das instituições (como funciona a biblioteca, como são os sistemas de registo de correspondência). Neste último domínio, de apoio logístico, de governação e de organização dos bancos centrais como empresas, há também actividade de cooperação que se concretiza em acções específicas.

O Banco de Portugal possui, portanto, muita experiência no intercâmbio entre bancos centrais dos países lusófonos.

Exactamente. Esta actividade de cooperação bilateral resulta muito das solicitações dos Bancos Centrais dos PALOP e é estabelecido em função das necessidades de actualização e de desenvolvimento de sectores ou áreas específicas dos respectivos bancos. Tentamos encaixar a actividade de cooperação que é muito significativa e exige recursos no nosso dia-a-dia.

Poderiam ser desenvolvidas algumas medidas extra ao nível do equilíbrio macroeconómico e da estabilidade financeira? Da intensificação das trocas comerciais e de investimento no espaço lusófono? Das parcerias estratégicas? A favor de uma maior inclusão e da interacção dos agentes económicos? Da concorrência e transparência de mercado?

Eventualmente, mas não no âmbito da cooperação entre bancos centrais. Não são esses os nossos objectivos.

Há um Encontro anual, dos Governadores dos BCNs, aqui em Lisboa, no Outono – o chamado Encontro de Lisboa – onde fazemos o balanço da cooperação, estabelecemos os objectivos e lançamos as bases para o planeamento da cooperação do ano seguinte.

Nesse Encontro aproveitamos também para fazer a preparação conjunta e discutir os pontos das agendas das reuniões do Comité Monetário e Financeiro Internacional do Fundo Monetário Internacional (FMI), aproveitando o facto de Lisboa ser um local de passagem na deslocação para o local dessas reuniões.

Aproveita-se assim a ocasião para discutir o plano anual de cooperação e preparar-se a Reunião Anual do FMI. Nesse processo, o Banco de Portugal preocupa-se em responder às novas solicitações ou, se necessário, fazer correcções em relação ao passado. Estabelecem-se parcerias estratégicas – e são estratégicas porque todos beneficiam das sinergias que resultam destes encontros, partilhamos a mesma língua e lidamos com problemas que, no fundo, são muito comuns. Alguns bancos centrais possuem mais experiência do que outros.

Os bancos centrais em todo o Mundo estão tradicionalmente disponíveis para estabelecer relações de cooperação e ajuda como se fossem uma espécie de família. Com os Bancos Centrais dos PALOP e Timor-Leste essas relações são ainda mais especiais e não são ditadas por interesses comerciais.

Este tipo de cooperação que existe entre o Banco de Portugal e os BCN dos PALOP e de Timor-Leste, também existe com outros bancos centrais. A nível europeu, por exemplo as relações são mais intensas ao nível dos bancos centrais nacionais da área do euro e do Banco Central Europeu (Eurosistema).

Mas com os PALOP e com Timor-Leste existe um entendimento muito especial sendo mesmo mais intenso do que com outros bancos centrais que juntamente conosco pertencem ao Sistema Europeu de Bancos Centrais.

No entender do Dr. Paulo Amorim, existem condições para a CPLP avançar para uma situação de maior cooperação económica e empresarial no espaço lusófono (pode não ser viável a construção de bloco económico)?

A acção de cooperação do Banco de Portugal não é efectuada no âmbito da CPLP, mas no âmbito da rede de Bancos Centrais.

Essa discussão, que tem todo o sentido no seio da CPLP, o Banco de Portugal nem sequer a equaciona. Esta é uma área na qual o Banco de Portugal não se sente à vontade para responder. Nem são esses os nossos objectivos específicos, quando mantemos relações de cooperação com os PALOP ou com Timor-Leste.

O interesse da China no espaço lusófono e o interesse que se sente, da parte da China, numa cooperação mais estreita com a CPLP.

A China é uma grande potência e tende a ter cada vez mais peso na economia mundial. Admito que a China observe estes países de língua portuguesa com interesse especial. Creio que Macau tem potenciado/centralizado esse objectivo estratégico da China.

O Banco de Portugal encara a questão como uma consequência natural do desenvolvimento da economia mundial e da importância crescente de um país como a China cuja cooperação pode também trazer vantagens para o espaço lusófono.

O Banco de Portugal também possui, aliás, relações especiais com a Autoridade Monetária de Macau. Por exemplo, no *Encontro de Lisboa*, de Outubro último, Macau também esteve presente e o Presidente da *Autoridade Monetária de Macau* foi um dos oradores. O Banco de Portugal considera estes Encontros muito positivos.

É evidente que com o Banco Central do Brasil este tipo de cooperação bilateral que existe com os PALOP e com Timor é um pouco mais difícil. Apesar de tudo, o Banco de Portugal assinou com o Banco Central do Brasil e com o Instituto Brasileiro de Estatística um protocolo de cooperação no domínio das estatísticas.

Porque é que o Dr. Paulo Amorim disse que “com o Brasil é um pouco mais difícil”?

Porque o Brasil tem o seu próprio plano de cooperação bilateral com os PALOP. Tem a sua presença, neste contexto, assegurada em Angola e Moçambique. O Brasil já atingiu um grau de desenvolvimento elevado, tem condições para oferecer programas de assistência técnica a estes países.

Grande parte dos programas de cooperação é bilateral. Quando há fóruns de discussão (que tendem a multiplicar-se), estes são cada vez mais multilaterais. E aí o Brasil tende a estar cada vez mais presente. Nos vários Encontros sectoriais – dos Departamentos de Emissão e Tesouraria, das Estatísticas, dos Sistemas de Pagamentos, dos Juristas, dos Recursos Humanos, por exemplo, comparecem representantes dos PALOP e de Timor-Leste mas, normalmente, também do Brasil.

No entender do Dr. Paulo Amorim, como se perspectivam as relações de cooperação – nomeadamente multilaterais – entre países lusófonos, no futuro?

Houve um desenvolvimento grande nos últimos anos. Esta actividade de cooperação começou por centrar-se em programas de assistência técnica. Há uns anos, a diferença entre graus de desenvolvimento (Portugal/PALOP) era maior, estávamos mais bem colocados para prestar essa assistência técnica, para responder a solicitações específicas desses bancos centrais – que tinham acabado de ser criados.

Esta cooperação bilateral foi especialmente importante nos primórdios da constituição dos bancos centrais dos PALOP. O que, por sua vez, contribuía para a consolidação das respectivas economias e dos seus sistemas financeiros.

Entretanto, estes países desenvolveram-se. As gerações mais novas já têm formação universitária, muitas vezes adquirem experiência no estrangeiro e estão mais preparadas para responder às necessidades dos respectivos Bancos Centrais.

A assistência técnica ainda se efectua, e é bom que exista. Mas a cooperação multilateral tende a ser cada vez mais importante e resulta da partilha de experiências, da discussão de temas de interesse comum e do desenvolvimento natural da rede de contactos.

A língua em comum, parte da cultura e da história em comum, são questões que ajudam a cimentar relações entre países, que facilitam o equacionar dos problemas e das soluções.

Portanto, o português não é apenas uma língua de comunicação mas também uma língua de negócios? Nomeadamente na relação com os países lusófonos, as vantagens do uso do português são reconhecidas, é isso? Ou já é cada vez mais em inglês e em francês?

Não. Entre nós era o que faltava! Usamos o português.

Também lhe digo que Portugal faz parte do Eurosistema. Os PALOP são Estados-membros de diferentes blocos regionais, onde se falam outras línguas. Uma coisa não são incompatíveis com as outras.

O inglês hoje é uma língua dominante e tende a abafar as outras línguas. Mas não é só o português. Quem mais sofreu com o monopólio da língua inglesa até foi o francês.

Nas organizações internacionais é óbvio que o inglês é mais falado. Mas entre nós, nos encontros anuais entre bancos centrais dos países lusófonos e nos outros fóruns sectoriais e nas acções de assistência técnica, falamos em português.

Os brasileiros têm tendência a traduzir tudo, todos os termos. Em Portugal não temos esse hábito. As conversas em língua portuguesa nos PALOP contêm muitos termos em inglês – que são como nós os usamos em Portugal, no nosso dia-a-dia. É como no cinema. Em Portugal a tradição é recorrer a legendas em português, mas em Espanha eles dobram tudo. Também depende a que níveis estamos a trabalhar. Nas acções de cooperação na área dos recursos humanos, por exemplo, é mais em português. Mas se for em reuniões sobre emissão de moeda e gestão das reservas, de facto, a maior parte dos termos técnicos que utilizamos são em inglês.

O Banco de Portugal já utiliza o Acordo Ortográfico?

Sim. Por exemplo, o Relatório de Actividades do Banco de Portugal, que vai ser apresentado ao Ministro das Finanças até final do mês, estará em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.

Ainda não é uma utilização extensível a todos os domínios, mas relativamente às principais publicações do Banco de Portugal há preocupação em que sejam conformes ao Acordo Ortográfico.

Muito obrigada.